

Licença

Direitos autorais (c) 2024 Jean Costa Souza, Clovis Carvalho Britto



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) do tipo atribuição BY. Fonte:

https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/pt_BR/article/view/2842. Acesso em: 28 set. 2026.

Referência

SOUZA, Jean Costa; BRITTO, Clóvis Carvalho. Em defesa de uma Ciência do Folclore: informação e patrimônio

científico na I Exposição de Folclore no Brasil (1941). **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 20, n. 1, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5016/pem.v20i1.2842>. Disponível em:

https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/pt_BR/article/view/2842. Acesso em: 28 set. 2026.

Em defesa de uma Ciência do Folclore: informação e patrimônio científico na I Exposição de Folclore no Brasil (1941)

Jean Costa Souza

Doutor em Ciência da Informação – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal

 <https://orcid.org/0000-0003-2506-6180>

E-mail: jheansouza97@gmail.com

Clovis Carvalho Britto

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal

Bolsista Produtividade em Pesquisa – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

 <https://orcid.org/0000-0001-6267-544X>

E-mail: clovisbritto@unb.br

Resumo: Este trabalho investiga a Primeira Exposição de Folclore no Brasil, criada pela Comissão de Pesquisas Populares, no Rio de Janeiro, em 1941, em defesa de uma ciência do Folclore. O trabalho, que se baseia em uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em documentos e fontes bibliográficas, demonstra como as exposições de curta duração se configuraram como espaços estratégicos de constante criação de narrativas, atreladas aos debates sobre os estudos de Folclore no Brasil. Além disso, evidencia a existência de redes intelectuais criadas para estimular a pesquisa e a documentação do folclore em perspectiva científica, contribuindo para a compreensão dos sentidos no campo da informação, dos museus e do patrimônio.

1

Palavras-chave: Exposição; Informação; Patrimônio; Folclore; Ciência do Folclore.

In defense of a Science of Folklore: information and scientific heritage at the first folklore exhibition in Brazil (1941)

Abstract: This paper investigates the first folklore exhibition in Brazil, created by the Popular Research Commission, in Rio de Janeiro, in 1941, in defense of a science of Folklore. The work, which is based on a qualitative and descriptive approach, grounded on documents and bibliographic sources, demonstrates how the exhibitions of short duration, configured themselves as strategic spaces of constant creation of narratives, linked to the debates on the studies of folklore in Brazil. In addition, identify the existence of intellectual networks created to stimulate research and documentation of folklore from scientific perspective, contributing to the understanding of the meanings in the field of information, museums and heritage.

Keywords: Exhibition; Information; Heritage; Folk; Folk Science.

Texto recebido em: 03/11/2023

Texto aprovado em: 27/12/2023

Introdução

O presente estudo visa apresentar a Primeira Exposição de Folclore no Brasil, realizada no Rio de Janeiro, em 1941, cuja distinção era tornar a “Ciência do Folclore”¹ (Lima, 2003) concreta, informativa, a partir da cultura material. A curadoria partiu da iniciativa da Comissão de Pesquisas Populares, da Sociedade Amigos da Cidade, do Rio de Janeiro, idealizada pela folclorista Mariza Lira dentre outros “trabalhadores intelectuais” (Otlet, 2018, p. 7)².

Mariza Lira (1899-1971), musicóloga e jornalista, formada na Escola Normal do Rio de Janeiro³, foi uma das pioneiras nos estudos da música popular no Brasil, tendo publicado, em diversos periódicos, artigos dedicados a esse tema, defendendo a existência de um folclore urbano⁴. Inspirada pelos trabalhos de Dina Lévi-Strauss e Mário de Andrade, quando da criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, em 1936, na cidade de São Paulo, ela e o folclorista Joaquim Ribeiro foram responsáveis pela produção da exposição que, naquele contexto, “além do ineditismo, [traria] muita surpresa aos estudiosos, mesmo não sendo completa nem exaustiva” (Lira, 1953, p. 18).

É importante salientar que as pesquisas focadas nas manifestações populares, ganharam força no Brasil a partir do final do século XIX, com o incentivo à valorização de expressões reconhecidas como folclóricas. No entanto, a cultura material, ainda nessa ocasião, não era uma opção a ser considerada. As primeiras pesquisas registravam a oralidade popular, e “gradativamente a abrangência foi se ampliando, atingindo para além da poesia oral, as melodias, danças, festas, costumes e crenças das populações rurais” (Vilhena, 1997, p. 25).

No Brasil, a criação de um campo de estudos sobre o folclore nacional⁴ começou a se estabelecer entre o final do século XIX e início do século XX. A expressão “Folk-Lore”, cunhada pelo bibliotecário e antiquário inglês William John Thoms, em 1846 (Winick, 2014), se difundiu no país como uma área de estudos baseada em critérios científicos, para o que era antes era reconhecido como estudos da literatura oral ou dos costumes populares. O folclorista João Ribeiro mobilizou esse termo em estudos aplicados à “ciência do Folclore”, dialogando com discussões difundidas na Europa naquele contexto. Seu curso na Biblioteca Nacional, em 1913, foi a base para a publicação de livro *O Folk-Lore: estudos de literatura popular*, em 1919.

O curso, de natureza científica, despertou o interesse em estudiosos que produziram uma expressiva quantidade de trabalhos sobre o folclore do Brasil⁵, conforme é evidenciado em parte da fortuna crítica sobre a temática (Ramos, 1951; Lira, 1953; Almeida, 1971; Lima, 2003; Carneiro, 2008). Alguns intelectuais, inspirados nessa perspectiva, também contribuíram para a criação de sociedades científicas de Folclore⁶.

Para Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, a busca por critérios científicos, tão lamentada para o cenário brasileiro, “privilegiou, no conjunto da pesquisa, a etapa da coleta que deveria assegurar a pureza do material obtido” (Cavalcanti, 2012, p. 86). A leitura de manuais internacionais de coleta folclórica⁷, como documentos de “autoridade científica” (Kuhn, 2005), contribuiu no início do século XX para padronizar uma prática científica de pesquisa e promover uma produção teórico-prática de coleta folclórica em solo nacional. Renato Almeida, ao evidenciar o caráter social do folclore, mobilizou posteriormente alguns manuais como o do francês “Saintyves, o belga Albert Marinus e o italiano Rafael Corso, para citar apenas algumas figuras de maior projeção” (Almeida, 1971, p. 42).

Dessa maneira, a partir da década de 1920 é possível notar, em várias localidades do país⁸, processos iniciais de institucionalização e pesquisa do folclore que, apesar das “dificuldades de toda ordem” (Vilhena, 1997, p. 79), foram relevantes ao incentivarem a coleta, tendo o documento e a documentação como base para a construção de um campo científico e profissional.

Amadeu Amaral e Mário de Andrade, por exemplo, foram pioneiros na busca pela cientificidade das práticas e da importância pela sistematização da coleta folclórica (Vilhena, 1997). Para Amadeu Amaral, a proposta de uma Sociedade Demológica em São Paulo, em 1925, defendida por ele, deveria “cifrar-se em colher e preparar documentos, segue-se que é necessário saber: primeiro, que documento têm de ser procurado; depois, como procurá-los; e por fim, em que deve consistir na sua preparação” (Amaral, 1982, p. 54).

Cabe salientar que o contato com museus, arquivos, bibliotecas e a leitura dos manuais de coleta, frutos das experiências de estudiosos nesses espaços, permitiram o aperfeiçoamento do exercício prático para classificar, documentar, ordenar e comunicar o chamado conhecimento folclórico, mantendo ligações com profissionais que lidavam com a informação. Situação que contribuiu para a difusão de práticas documentárias e a produção de um volume expressivo de

documentos (catálogos, bibliografias, vocabulários, manuscritos, anais de eventos, manuais de coleta, objetos de museus etc.), consequência das atividades e trânsitos desses folcloristas a partir das “práticas empíricas de organização da informação” (Ribeiro, 2017, p. 119).

Os registros, publicados nos diversos espaços de pesquisa e consulta no país, divulgados nos jornais e periódicos locais, bem como pelas Academias Regionais de Letras e Institutos Históricos e Geográficos, eram as fontes que até então materializavam as narrativas consideradas folclóricas, depois recuperadas como acervos para exposições em museus, bibliotecas e arquivos. No entanto, é possível notar, em alguns projetos de exposições, a presença da cultura material, a partir de outros modelos conceituais, polissêmicos ao campo do Folclore, como cultura sertaneja, arte popular, cultura popular, artes e ofícios, artes e tradições etc.

Desse modo, a questão central discutida neste trabalho é uma reflexão sobre a produção de uma Ciência do Folclore no Brasil, a partir da materialização de uma exposição de curta duração, realizada no Rio de Janeiro, em 1941, pela Comissão de Pesquisas Populares. Objetiva-se refletir acerca dos processos curatoriais para a constituição da primeira exposição que defendia a cientificidade do Folclore, os seus procedimentos e as estratégias de validação dos responsáveis pelo projeto em defesa dessa ciência no Brasil. Do mesmo modo, compreender como a exposição contribuiu para evidenciar as práticas desses folcloristas como integrantes de um campo científico e, por sua vez, o resultado da exposição como efeito e testemunho de um patrimônio científico.

Somente a partir de 1913, quando alguns intelectuais se interessaram em conceber os estudos folclóricos como uma disciplina científica, discutindo técnicas e métodos de coleta, que o seu objeto de pesquisa foi ampliado para outras áreas do conhecimento, como a Etnografia, Antropologia, Filologia, Etnologia, Sociologia e História.

João Ribeiro, nascido em Sergipe, mas radicado no Rio de Janeiro, foi um desses agentes que, como filólogo, delineou durante o seu Curso de *Folk-Lore* na Biblioteca Nacional⁹, os primeiros ensaios para uma pesquisa folclórica, sob a ótica de uma Ciência do Folclore. Mariza Lira (1941) afirma que, a partir de João Ribeiro, ocorreu uma mudança de perspectiva no campo do Folclore e nos intelectuais que pesquisavam o folclore no Brasil, como o seu contemporâneo Sílvio Romero.

Segundo a autora, as pesquisas passariam de uma “escola de colecionadores” para uma “escola de investigadores”.

Amadeu Amaral, nos primeiros anos da década de 1920, partilhava da ideia de uma ciência do Folclore, alertando a importância da pesquisa científica para conhecimento da realidade a ser investigada. Segundo o paulista, “o folclore, dizia, não pode ser compreendido se não o vemos no seu entrelaçamento. A poesia, por exemplo, especialmente a roceira, está relacionada à música, à dança e ligada e sustentada por atos coletivos diversos” (Lima, 2003, p. 168). Suas críticas eram que as produções folclóricas precisavam ser estudadas com pouco menos de imaginação e mais de objetividade e, por isso, a necessidade de “procurar, coligir, coletar mais materiais, acompanhadas de informações exatas” (Lima, 2003, p. 168).

O projeto de uma Sociedade Demológica, situada em São Paulo, para sistematizar uma coleta “mais séria, mais metódica, mais fecunda, espalhando a atmosfera de curiosidade vaga, de diversão inócua e de sentimentalismo universal” (Lima, 2003, p. 169), foi um dos primeiros movimentos criados com esse propósito no Brasil. Amadeu Amaral é apontado como um dos pioneiros na busca pela cientificidade das práticas de coleta do folclore (Vilhena, 1997).

A partir deste cenário, entendemos ser um caso exemplar a Comissão de Pesquisas Populares, responsável pela primeira exposição de curta duração sobre o Folclore no Brasil, seja pela sua relevância de ter sido constituída por uma mulher, evidenciando-a no campo do Folclore como possuidora de saberes e ordenação do conhecimento comunicado, seja pela necessidade de localizar na trajetória de conformação do campo, os rastros da produção de documentos, mobilizados para a construção da “memória e do patrimônio da ciência voltados para a ideia de nação brasileira” (Silva, 2015, p. 18).

As exposições científicas enquanto espaço potencialmente informativo, produzido por especialistas, curadores/as, tem entre suas especificidades comunicar ao público um conhecimento a partir de um vocabulário controlado da ciência. No entanto, o diálogo com Júlia Moraes (2014) nos permitiu entender que “tão relevante quanto à divulgação da informação que representa uma descoberta ou teoria é o conjunto de informações que representam os caminhos percorridos até se chegar àquela conclusão, que poderá, em dado momento, ser revista e contestada” (Moraes, 2014, p. 36).

As exposições científicas são fabricadas por especialidades disciplinares que, por sua vez, são validadas por pares no campo situado. Desse modo, é relevante examinar essa experiência no âmbito da Ciência da Informação, evidenciando no campo informacional caminhos intelectuais de diversas áreas disciplinares, “na gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação” (Marques, 2013, p. 596). O estudo torna-se necessário ao contextualizar a constituição de um dos espaços de sociabilidade e produção de práticas documentárias no campo informacional brasileiro que, muitas vezes, “ficam à margem das mediações epistêmico-comunicacionais, nas quais seria construído um labor informacional ou documentário, atribuindo-lhe direção, condição e sentido” (González de Gómez, 2011, p. 24).

Dito isso, tendo em vista o entendimento de informação como uma prática social construída por um círculo de agentes no campo (Marteleto; Pimenta, 2017), coube aqui apresentar as tramas de uma exposição de curta duração, cujo objetivo era exibir o Folclore com base em “narrativas científicizantes” (Silva, 2015, p. 22), a partir da coleta e ordenação da cultura material.

Para tanto, a análise baseada na materialidade da informação (Frohmann, 2016; Rabello, 2019) permitirá, por meio dos documentos coletados, compreender não somente os bastidores da produção, mas também as redes de intelectuais e instituições, o valor informacional e científico e identificação das práticas documentárias. A utilização de uma perspectiva prática, social e interpretativa da informação possibilita uma compreensão mais ampla do fenômeno da informação (Araújo, 2014).

A pesquisa se baseou em fontes bibliográficas e em análise documental, tendo como foco a criação de projetos de exposições folclóricas no Brasil. Além da busca em periódicos, realizada no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, a consulta aos trabalhos publicados por folcloristas nas décadas em questão, disponíveis no acervo da Biblioteca da Universidade de Brasília, foi relevante para a composição do trabalho. Assim como a pesquisa etnográfica realizada pelo antropólogo Luís Rodolfo Vilhena (1997), no antigo Instituto Nacional de Folclore, por se tratar de um material que investiga o processo de institucionalização do Folclore, recuperando algumas informações que permitiram alguns indícios relevantes para o estudo aqui proposto.

Desse modo, ao eleger como ponto de partida um “patrimônio cultural em retrospectiva” (Cerávolo, 2016), na análise do campo do Folclore, o trabalho segue as orientações de Aldo Albuquerque Barreto, quando diz que as “ideias” e “práticas” desenvolvidas no universo informacional “devem ser analisadas a partir de um determinado ponto de interesse, dependendo do contexto estudado” (Barreto, 2007, p. 25). Assim o estudo resulta em uma reflexão sobre as práticas documentárias e sua intersecção com o campo do patrimônio, em um contexto em que a noção de ciência do Folclore “desafiava a incompreensão a que estava sujeita” (Lira, 1953, p. 24), evidenciando a exposição como propulsora de um patrimônio científico.

Nessa lógica, compreendemos patrimônio nos termos apresentados por Marta Lourenço (2009) quando optou por “considerar uma definição alargada de patrimônio científico, isto é a evidência material e imaterial da pesquisa e do ensino das ciências” (p. 48), no caso em análise, do Folclore que, naquele contexto, buscava reconhecimento e institucionalização como um campo científico-profissional no Brasil.

A Comissão de Pesquisas Populares da Sociedade dos “Amigos da Cidade”

A participação de folcloristas de diversas regiões do país, a formação de várias sociedades que advogavam a cientificidade do Folclore e o alargamento do seu objeto de estudo, consistiram em alguns dos efeitos para a configuração de uma rede de pesquisa e coleta de objetos da cultura material ou da cultura material da ciência do Folclore. O Folclore, enquanto campo de produção de conhecimento, pode ser estudado sob diversas abordagens e em diferentes áreas científicas. Nesse sentido, ao compreendermos a sua construção e o seu reconhecimento no Brasil no campo informacional, a partir da “objetivação e exteriorização [da sua materialidade] nos contextos institucionais, justifica que a entendamos como dimensão de ações, interações e relações sociais” (González de Gómez, 2011, p. 33). Materialidade essa “outorgada pelos documentos e as cadeias de produção documentária” (González de Gómez, 2011, p. 33).

As Sociedades de Folclore foram alguns dos espaços de produção dessas práticas documentárias. No contexto paulista, a Sociedade de Etnografia e Folclore, criada entre 1936 e 1939, teve como objetivo orientar, promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos. A organização, que estava vinculada ao

Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, surgiu dos incentivos do escritor Mario de Andrade e da antropóloga Dina Lévi-Strauss, na época pesquisadora vinculada à Universidade de Paris e ao Museu do Homem (Portela, 2020). A relevância da pesquisadora nos trabalhos realizados pela Sociedade é evidenciada pelo depoimento de Mário de Andrade em seu texto para o Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros:

Em 1936 o Departamento Municipal de Cultura abria matrícula para um curso de folclore, regido durante um ano pela professora Dina Lévi-Strauss que fora assistente do *Musée de L'Homme*, em Paris. Este curso, organizado sob bases eminentemente práticas, teve como intenção principal formar folcloristas para trabalhos de campo. Com efeito, o que nos prejudica muito em nossos museus é que suas coleções, por vezes preciosas como documentação etnográfica, foram muito mal recolhidas, de maneira antiquada, deficiente e amadorística, não raro inspirada no detestável critério da beleza ou da raridade do documento. Contra isso quis reagir o Departamento de Cultura de São Paulo, como já o estava fazendo, para a etnografia, o Museu Nacional, desde Roquete Pinto. E, com efeito, com os alunos desse curso de folclore, fundou-se em dezembro desse ano a Sociedade de Etnografia e Folclore, a primeira organização coletiva deste gênero, criada no Brasil (Morais; Berrien, 1998, p. 429).

Após a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, que durou poucos anos, outras sociedades de folclore e/ou locais para coleta e pesquisa foram criados, como a Comissão de Pesquisas Populares, fundada pela folclorista Mariza Lira, inspirada nos trabalhos realizados por Mario de Andrade e Dina Lévi-Strauss. Reverberavam, naquele contexto, outras organizações, como a Sociedade “Amigos da Cidade” (1940); o Instituto Brasileiro de Folclore (1941) e a Sociedade Brasileira de Folk-Lore (1941).

A Comissão de Pesquisas Populares fazia parte da Sociedade dos Amigos da Cidade. Fundado na década de 1940, na cidade do Rio de Janeiro, o espaço almejava ser um local de discussão para evitar problemas que até então afetavam “a vida da metrópole em seus aspectos urbanísticos, arquitetônicos”, como, também, “turísticos”. Formada pelo presidente Raymundo de Castro Maya, pelos vice-presidentes, Octavio da Rocha Miranda e Miran Latif; os secretários, Matos Pimenta e Marcello Roberto; e os tesoureiros, Eduardo Pederneiras e Manuel Ferreira Guimarães; a instituição que, ficava localizada na Avenida Rio Branco (A I Sociedade..., 1940), convocou para o trabalho “de mais efetiva assistência, estudar o folclore da capital da República, do Distrito Federal” (Lira, 1953, p. 8).

Assim, inspirada nos trabalhos desenvolvidos pela Sociedade de Etnografia e Folclore, e pelo interesse que pesquisadores internacionais teriam no folclore brasileiro, Mariza Lira criou a primeira Comissão de Pesquisas Populares, integrando o espaço com outras unidades, como a Comissão de Defesa Florestal e Ruídos Urbanos, convidando “os sinceros amigos do Rio de Janeiro e suas tradições populares, desejarem trazer à comissão quaisquer documentos ou sugestões em prol do desenvolvimento e conhecimento do riquíssimo folclore carioca” (Sociedade..., 1940, p. 8).

Foi pensando nisso e nas dificuldades que se apresentam ao ter de satisfazer a curiosidade de consultas de visitantes estrangeiros que nos procuram ansiosos de nossas riquezas folclóricas, resolvi organizar uma Sociedade Folclórica. Baseei-me nos resultados colhidos em São Paulo na Sociedade de Etnografia e Folclore, anexa ao Arquivo Municipal, fundação de Mário de Andrade, que a organizou e fez contratar a etnógrafa Strauss, para estabelecer as bases de pesquisas populares em ambientes brasileiros. A minha ideia foi acolhida prazenteiramente pelo Dr. Raimundo de Castro Maia e a Comissão de Pesquisas Populares passou a integrar a Sociedade dos Amigos do Rio de Janeiro (Lira, 1941, p. 15).

A primeira reunião contou com a liderança de Mário de Andrade, à convite de Mariza Lira, considerado, naquele contexto, “autoridade em assumptos “folclorísticos”. O escritor apresentou os objetivos iniciais da Comissão, que seriam “desenvolver estudos e pesquisas em torno dos costumes, lendas, poesia, música, religiões, canto, crendices, das tradições, enfim, da terra carioca”.

A Comissão de Pesquisas Populares possuía como integrantes: Joaquim Ribeiro (do Instituto Nacional do Livro), Luís Heitor (da cadeira de folclore da Escola Nacional de Música), Basílio Itiberê (da cadeira de folclore do Instituto de Educação), Renato Almeida (musicólogo e diretor do Serviço de Imprensa no Ministério das Relações Exteriores), Aries de Andrade (tradutor da sessão de Rádio do Departamento de Imprensa e Propaganda.), Leonor Possada (jornalista e professora municipal), além de Mariza Lira (Lira, 1941).

Após a sua fundação, Joaquim Ribeiro, filho do folclorista sergipano João Ribeiro, apresentou para a comissão um projeto para a criação da primeira exposição de Folclore do país. Além da exposição, outras ações fariam parte do projeto, quando “iniciados os trabalhos de coleta documentária popular na vasta zona do Distrito Federal” (Lira, 1953, p. 21). A curadoria, feita sob a colaboração de Mariza Lira, faria “conhecer melhor, ao carioca, ou ao visitante de outras plagas, o

verdadeiro aspecto da vida popular [da] cidade” (Lira, 1953, p. 8), sendo apresentado a partir de uma perspectiva do folclore urbano:

Durante muito tempo os folcloristas pensaram que as grandes cidades deviam ser excluídas das pesquisas populares, porque era impossível a existência de um autêntico folclore urbano. Hoje em dia, entretanto, é bem outra a maneira de encarar essa questão: os mais conceituados folcloristas contemporâneos estão de acordo em que não somente há folclore nas grandes cidades, como há mesmo tradições e costumes populares que lhe são peculiares, que só nelas podemos encontrar o que constituem, portanto, a face original, própria de seu folclore. A população que anda de bonde e ônibus pela zona pavimentada da cidade, nem pensa no homem que, depois do trabalho urbano, busca, nos trens superlotados, o lar distante, perdido nalguma estrada do sertão carioca (Lira, 1953, p. 8).

A I Exposição de Folclore no Brasil, como um evento / documento, também registrado em livro, por Mariza Lira, em 1953, em homenagem a Mário de Andrade, é parte de um projeto de documentação forjado pela própria autora. É a partir desse documento que é possível visualizar detalhes sobre esse acontecimento expositivo, circunstanciado por fotografias e relatos de pesquisas.



Fonte: Lira (1953, p. 61).

FIGURA 1

1º Exposição de Folclore, em 1941. Da esquerda para a direita - Prof. José Mariano Filho; Dr. Edgard Ribas Carneiro; Profa. Mariza Lira; Prof. Joaquim Ribeiro; Dr. João Augusto de Matos Pimenta, o antropologista norte-americano, Prof. Melville Herscovith; Dr. Artur Ramos e Prof. Brasílio Itiberê. Na Tribuna, Renato Almeida

A Comissão teve pouca duração e dissolveu-se em 1942. Segundo Vânia Oliveira (2012), todo o material coletado e que havia sido depositado no apartamento 27 do Hotel Castelo, no centro do Rio de Janeiro, foi extraviado quando de sua demolição. Todavia, o projeto foi palco de muitas celebrações. A exposição contou com várias conferências, mostrando trabalhos manuais executados em diversas localidades do Rio: “Uma série de conferências acompanhou a demonstração, tendo falado o cel. Paula Cidade, o comandante Gastão Penalva, professor Silvio Júlio e finalmente, na tarde de ontem, encerrando a exposição, o Sr. Renato Almeida”, que fez uma conferência sobre o samba carioca (Figura 1).

A I Exposição de Folclore no Brasil: por uma ciência do Folclore

Conforme destacado, a I Exposição de Folclore no Brasil resultou de uma iniciativa da Comissão de Folclore da Sociedade dos Amigos do Rio de Janeiro. A exposição foi exibida entre 8 e 13 de setembro de 1941, em um dos salões do Palácio da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. A *Revista Brasileira de Geografia*, embora tenha destacado a primogenitura da exposição sobre o viés científico do Folclore, não a apresentou como nacional, mas como uma exposição do “folclore carioca”: “o material etnográfico exibido ao público foi colhido em todos os recantos do Distrito Federal, em pesquisas realizadas pelo professor Joaquim Ribeiro e senhora Mariza Lira” (Primeira..., 1941, p. 146).

No jornal *Diário Carioca*, de 13 de outubro de 1941, Mariza Lira apresentou detalhes sobre o projeto e as pesquisas que seriam realizadas, mostrando o modo de composição da exposição advindo do processo de coleta e pesquisa etnográfica:

Segundo a orientação de Mário de Andrade, iniciaram-se os trabalhos preliminares, ficando assentados métodos especiais de pesquisas, estudos e conferências, sendo aprovado unicamente o magnífico plano de uma exposição de objetos populares, apresentado pelo ilustre Joaquim Ribeiro. Para a exposição, que se realizaria no Rio de Janeiro, além de inédita e interessantíssima, abrangeria os seguintes setores: atividades estéticas, atividades místicas, atividades domésticas, atividades socioeconômicas. Desdobra-se em documentação impressa, discos, mapas, objetos vários. Serviria de atestado material dos trabalhos da comissão e, ao mesmo tempo, de documento do nível cultural da nossa gente. Além de ter grande alcance social e patriótico, serviria de base a formação de um arquivo folclórico. Várias pesquisas já tinham sido realizadas, quando Mario

de Andrade, recebendo honrosa designação em São Paulo, acaba de deixar o Rio (Lira, 1941, p. 15).

Para a realização da exposição, a Sociedade organizou um amplo quadro de sistematização “a fim de evitar o trabalho dispersivo”. Assim, os materiais folclóricos foram divididos em cinco setores:

I - Sessão socioeconômica – visando recolher os elementos à vida econômica do povo, os instrumentos de pesca, de caça, a cerâmica, a cestaria etc.; II - Seção estética - encarregada da documentação das artes populares; III - Seção doméstica - reunindo utensílios caseiros e os demais objetos de igual procedência; IV – Sessão lúdica - relativa aos brinquedos e diversões populares; V – Sessão mística - abrangendo todas as formas de atividade mística do povo carioca, de caráter folclórico. (...) Foram escrupulosamente selecionados, entre material escolhido, perto de 200 peças convenientemente fichadas, além de fotografias, mapas, livretos contendo peças teatrais, pantominas, essas gentilmente oferecidas pelo professor Raul Pederneiras (Lira, 1953, p. 22 e 29).



Fonte: Lira (1953, p. 25).

FIGURA 2
Vista parcial da 1ª Exposição de Folclore, em 1941

A sala da exposição “relativamente pequena” (Figura 2), teve sua curadoria organizada a partir dos cinco setores. Conforme apresentado, Mariza Lira e Joaquim Ribeiro dialogavam com a “tendência moderna - refletindo, aliás, fundamentos filosóficos de metodologia científica [com base no] folclore e etnografia” (Lira, 1953, p. 25).

Estamos trabalhando ativamente na coleta de material para exposição, que compreenderá objetos de todos os gêneros, desde

instrumentos de trabalho até as velhas máscaras de Carnaval, literatura de cordel, discos de música populares especialmente gravados, indumentária de algumas profissões, trabalhos domésticos etc. Todos os objetos são rigorosamente fichados, com indicação de procedência, utilidade e outros dados capazes de conferir a esse trabalho cunho acentuando científico. Será impresso um grande catálogo da Exposição, metódico e descritivo, o qual estou certo será muito apreciado pelos estudiosos de folclore, daqui ou do estrangeiro. Durante o período da Exposição, realizaremos diversas conferências alusivas, algumas a cargo dos próprios componentes da Comissão de Pesquisas Folclóricas que já ajeitaram a incumbência (Lira, 1953, p. 8-9).

Segundo Joaquim Ribeiro, em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, em 8 de setembro de 1941, a cientificidade do projeto “se reveste de grande importância. O material recolhido pelos folcloristas forma subsídios preciosos para os estudiosos da psicologia étnica e antropologia cultural”. Nesse momento se evidenciava uma percepção de Folclore impactada por outros países, mais especificamente, a Inglaterra, a França e a Alemanha. Isso fica evidente quando, ao ser questionado sobre o motivo de uma exposição folclórica que privilegia a coleta etnográfica, Joaquim Ribeiro respondeu:

Na verdade, não há distinção a fazer-se hoje em dia entre etnografia e Folclore. Numa palavra, etnografia sempre foi civilidade material do povo. Folclore, inicialmente foi considerado apenas o estudo dos cantos e contos populares. O folclore desenvolveu, depois, o seu campo de ação. Segundo Aranzadi, Hoyos Sanz e Sant Ives, autoridades de peso, a distinção deixou de existir. Hoje, em dia, tanto é folclore a superstição do mau olhado como o poder do chifre de boi defender as plantações das secas e das enxurradas: as lendas, como as redes de pescadores; as cantigas de São João, como as barraquinhas do Santo, fabricadas pela técnica tão pitoresca dos nossos humildes pirotécnicos. Folclore, em suma, é o seguinte: estudo de toda manifestação popular, seja no terreno do espírito, como no terreno pátrio (Até..., 1941, p. 7).

13

A citação anterior ilustra como a cultura material, nos estudos de Folclore, é impactada no seu modo de coletar e expor quando do deslocamento realizado principalmente pelo folclorista Paul Sébillot. O seu olhar para a tematização dos objetos não seguia uma leitura a partir de categorias sociais, como era produzido até então. Conforme apresentado nos detalhes expostos por Joaquim Ribeiro, na abertura da exposição, e nos relatos de Mariza Lira sobre as primeiras atividades realizadas, é possível visualizarmos a escolha dos materiais por ofícios: “camponês,

pescador, mineiro, comerciante, (...) reconhecendo que cada um tem seus próprios costumes e crenças” (Voisenat, 2010, p. 2).

Além disso, a afirmação de Joaquim Ribeiro sobre a indistinção entre Etnografia e Folclore consiste em uma estratégia para reforçar a defesa da cientificidade do Folclore por essa geração de folcloristas. Argumento similar foi mobilizado décadas depois por Renato Almeida quando considerou o Folclore como uma “ciência fronteira” e “ramo da Antropologia Cultural” (Almeida, 1971, p. 29-30).

A cientificidade do Folclore era respaldada pela adoção de um método próprio, que incluía a coleta de dados empíricos por meio da observação participante, a padronização conceitual, a busca por uma teorização específica aplicado ao contexto brasileiro, o controle terminológico associado a um domínio profissional específico, dentro de uma área de conhecimento, além de critérios de documentação e classificação dos gêneros em folclore. Nesse contexto, a exposição consistiria em ferramenta para visibilizar esses argumentos, respaldando-os em relação com ciências já estabelecidas, conforme justificou Mariza Lira:

A essas indagações — a ciência responde e ensina. A *psicologia étnica* de um lado e a *antropologia cultural* de outro esclarecem, evidenciam, demonstram, analisam, aquilatam, esmiúçam e aproveitam os materiais aparentemente insignificantes que os folcloristas e etnógrafos recolhem, comparam e classificam. É um trabalho que para os que desconhecem o valor das pesquisas desinteressadas não pode ser apreciado em toda a sua extensão. É um capítulo obscuro da história do homem, que não pode ser dispensado porque, sem o levar em conta, o estudo do homem ficará mutilado, incompleto (Lira, 1953, p. 29. Grifos da autora).

Essas iniciativas contribuíram para a produção de um vasto acervo e de orientações científicas que fundamentariam, na década de 1940, a consolidação de um campo de estudos do Folclore brasileiro. Nessa perspectiva, é possível dialogar com Julia Moraes quando reconheceu os museus como espaços “privilegiados para a produção, gestão e veiculação de informações especializadas relacionadas aos mais diferentes campos do saber”, evidenciando que as exposições, por exemplo, também podem ser espaços “privilegiados para a divulgação dessas informações, tendo em vista sua dimensão educativa” (Moraes, 2014, p. 49).

Essa compreensão fica evidente quando Luís Rodolfo Vilhena mencionou o modo como Cecília Meireles, uma das folcloristas com atuação bastante destacada no campo dos estudos de Folclore, evidenciava o caráter educativo do folclore

relacionando-o ao papel dos museus como “parte importantíssima da obra de adaptação do Folclore aos programas de ensino” (Vilhena, 1997, p. 193). Nessa interpretação é possível reconhecer que, tanto para Cecília Meireles quanto para Mariza Lira, “essa importância seria mais aguda em escolas urbanas, onde a distância da cultura folclórica mais autêntica, diferentemente do que ocorreria nas escolas regionais e rurais, torna o conhecimento direto das fontes vivas de informação” (Vilhena, 1997, p. 193).

As exposições seriam um modo de legitimar e difundir uma leitura científica de Folclore, já defendida por Mariza Lira em sua obra: “Os textos de fundo teórico, a maior parte deles escritos no final da década de 1930, procuram reafirmar a condição científica do folclore e seu processo de desenvolvimento no quadro das ciências antropológicas”, ação que culminaria com a publicação de seu primeiro livro, *Brasil Sonoro*, em 1938, em que defenderia uma “postura de reconhecer a ‘ciência do folclore’, típica da segunda geração de folcloristas brasileiros” (Moraes, 2006, p. 31).

Portanto, os impactos dessa exposição científica sobre o Folclore podem ser visualizados de modo similar à percepção de Luís Rodolfo Vilhena quando investigou as relações entre Folclore, Educação e museus, compreendendo a exposição como uma potente forma de divulgação científica (neste caso, da ciência do Folclore): “trata-se da possibilidade da implementação de uma ação com um papel, em última análise, compensatório, respondendo à perda de contato direto com as fontes folclóricas” (Vilhena, 1997, p. 193).

Considerações finais

A criação da Exposição Científica de Folclore, em 1941, evidenciou uma nova configuração de como expor a cultura “folk” no Brasil. A exposição ampliou a materialidade do folclore para além das coleções bibliográficas, expostas como acervos do folclore, consideradas num primeiro momento como inventário dos registros da oralidade popular, com suas poesias, causos e lendas. Surge um significativo movimento de valorização da coleta da cultura material, como forma de atestar a cientificidade do Folclore.

A realização de exposições sobre a ciência do Folclore, os seminários e publicações evidenciaram a importância da documentação para a legitimidade

científica e formulação de orientações para campo em conformação, o que parece ter demarcado o início de um amplo debate entre os folcloristas. Isso pode ser visualizado no comentário de Renato Almeida, quando reconheceu que as atividades não deveriam se resumir à coleta de dados, “enquanto não pudermos dispor de uma soma de documentos com que seja possível trabalhar com segurança e firmeza, evitando fazer do que é nosso (ponto conhecido) começo de conversa sobre o alheio (bem conhecido)” (Almeida, 1974, p. 251).

A intenção deste trabalho é contribuir para uma melhor compreensão sobre a importância de estudar as exposições de curta duração, a partir das experiências realizadas por diferentes sociedades científicas de Folclore, a exemplo da Comissão de Pesquisas Populares. A I Exposição de Folclore no Brasil foi aqui mobilizada por oferecer uma proposta diferente sobre o Folclore, naquele contexto, ao sublinhar uma perspectiva científica, ainda hoje em condição de invisibilidade.

Nessa leitura, a materialidade exposta pode ser visualizada como um patrimônio científico na medida em que resultaria de uma coleta realizada a partir de critérios científicos, traduzidos nas palavras de Mariza Lira (1941) quando definiu uma genealogia das pesquisas populares que empreendia: “as dificuldades dessa verdadeira ‘escola de colecionadores’ firmada por Sílvia Romero. E que João Ribeiro, empregando novos processos de estudo, lançou a ‘escola de investigadores’” (Lira, 1941, p. 15).

NOTAS

- ¹. Neste artigo utilizaremos Folclore com a inicial maiúscula em referência ao campo científico e com a inicial minúscula para em referência ao seu objeto de estudo.
- ². Os organismos da documentação são: a) bibliotecas públicas gerais; b) bibliotecas especializadas; c) centros ou serviços de documentação, tanto independentes quanto subordinados a instituições científicas, repartições públicas, estabelecimentos de finalidade social; d) centros ou serviços de informação e documentação de empresas industriais, comerciais ou financeiras; e) bibliotecas particulares, estúdios, gabinetes de trabalho dos trabalhadores intelectuais onde se encontrem, organizadas, coleções de livros, documentos e repertórios, tendo em vista o estudo e a elaboração de trabalhos intelectuais (Otlet, 2018, p. 7).
- ³. Atividades da Imprensa: “Carteira Profissional da Prefeitura do Distrito Federal, n. 41.727; Carteira Profissional de Jornalista do Ministério do Trabalho, n.º 76.300; carteira da Associação Brasileira de Imprensa, Sócia Remida, n.º 1.744. Membro da Comissão Nacional de Folclore [1947] e Diretora do Círculo Folclórico Luso Brasileiro, do Liceu Literário Português” (Lira, 1953, p. 74).

4. Os estudos do folclore no Brasil compreendem o período de 1870 até a década de 1960, segundo Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (2012). A data inicial é a geração de Sílvia Romero, seguindo a tendência de trabalhos que a indicam como o início de uma perspectiva científica do folclore no Brasil. A data final está relacionada à consolidação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.
5. As produções bibliográficas, criadas neste período, além de permitirem a recuperação de trabalhos que estavam espalhados pelo país, também despertaram a necessidade de um controle e de uma pesquisa mais fundamentados, com uma base de documentação mais sólida para este campo.
6. A exemplo da Sociedade Demológica de São Paulo (1925); da Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo (1936-1937); do Pequeno Centro de Estudos Folclóricos da Bahia (1940); da Sociedade dos Amigos da Cidade (Comissão de Pesquisas Populares) do Rio de Janeiro (1940); da Sociedade Brasileira de Folclore do Rio Grande do Norte (1941); e da Sociedade Sergipana de Folclore (1942).
7. Em matéria ao *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, em 9 abril de 1941, Mariza Lira faz um retrospecto das pesquisas até então realizadas nesse contexto. Trabalhos como os de Celso Magalhães, sobre a Poesia Popular Brasileira, Sílvia Romero, e suas informações coligidas sobre as tradições populares; José Veríssimo, sobre a População Indígena e Mestiça dos Amazonas; Melo Moraes Filho, em 1885, lançando os ensaios cancionários dos ciganos e Ciganos do Brasil, em 1889, descrevendo as festas populares do Brasil, em 1895, os costumes e tradições do Brasil, reunidos mais tarde o volume - Festas e Tradições do Brasil; são alguns exemplos de estudos citados pela folclorista (Lira, 1941).
8. A exemplo de Luiz Corrêa de Azevedo e o centro de pesquisas na Escola Nacional de Música, onde era catedrático de Folclore Nacional; Rossini Tavares de Lima e o centro de estudos no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo; e Luís da Câmara Cascudo e a Sociedade Brasileira de Folclore, com sede no Rio Grande do Norte.
9. Publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, João Ribeiro realizou os seguintes apontamentos: “A convite do sábio e zeloso Director da Bibliotheca Nacional, no correr do anno de 1913, realizei algumas conferências sobre *Folk-Lore*. Era meu proposito instituir um ensaio generalizado fundada em numerosos factos até agora recolhidos da tradição popular no Brasil. O habito dos estudos comparativos da linguagem facilitava-me a tarefa.” O curso, oferecido pelo folclorista João Ribeiro, foi anunciado com os seguintes temas: “O *folk-lore*. Methodos de pesquisa. A Lingua e a literatura popular; A novelística nas suas formas litteraria. Os contos populares; fábulas e histórias de anímaes. Apologos; os mytos; O *folk-lore* infantil; credices, superstições. Ideias práticas e religiosas; O Romance. A Poesia popular e suas technica; Sinthese geral do *folk-lore*. Conclusão” (Curso..., 1913, p. 213).

REFERÊNCIAS

A I SOCIEDADE Amigos da Cidade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 set. 1940, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/2998?pesq=%22Sociedade%20dos%20Amigos%20da%20Cidade%22.

ALMEIDA, Renato. *Inteligência do folclore*. Rio de Janeiro: Americana, 1974.

ALMEIDA, Renato. *Vivência e projeção do folclore*. Rio de Janeiro: Agir, 1971.

AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*. São Paulo: Hucitec, 1982.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, 2014.

ATÉ bruxas de pano e papagaios de papel. *A Noite*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1941, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/10878.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista (org.). *Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 13-34.

CARNEIRO, Edison. *A sabedoria popular*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Reconhecimentos: Antropologia, Folclore e Cultura Popular*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Exposições temporárias para as “senhoras e senhoritas” da sociedade baiana: o discurso performativo do Instituto Feminino da Bahia (1920 a 1968). In: *Anais do V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da ANPUH*. Aracaju: ANPUH. 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486583730_ARQUIVO_1472552711_ARQUIVO_CERAVOLOANPUHrevisto08.016k.pdf.

CURSO de Folk-Lore. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1913, p. 213. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/402630/37250>.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7, 19 a 22 nov. 2006, Marília. *Anais [...]*. Marília: ANCIB; UNESP, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A documentação e o neodocumentalismo. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (org.). *Ciência da Informação e Documentação*. Campinas: Alínea, p. 23-36, 2011.

KUHN, Thomas. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LIMA, Rossini Tavares de. *A ciência do folclore*. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2003.

LIRA, Mariza. *Primeira Exposição de Folclore no Brasil*: achegas para a história do folclore no Brasil. Laemmert, 1953.

LIRA, Mariza. Pesquisas Populares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1941, p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/9165.

LOURENÇO, Marta C. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 48-53, 2009.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. O campo da Informação. In: CUEVAS-CERVERÓ, Aurora; SIMEÃO, Elmira (coord.). *Investigación en información, documentación y sociedad. Diálogos entre Brasil y España*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, p. 583-559, 2013.

MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Apresentação. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (org.). *Pierre Bourdieu e as condições sociais de produção da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, p. 14-26.

MORAES, José Geraldo Vinci de. O Brasil sonoro de Mariza Lira. *Temas & Matizes*, Cascavel-PR, n. 10, 2006. Disponível em: https://www.memoriadamusica.com.br/site/images/stories/O_Brasil_Sonoro.pdf.

MORAES, Júlia Nolasco Leitão de. *Museu, informação artística e “poesia das coisas”: a divulgação artística em museus de arte*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/807>.

MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, Willian. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. v. 1.

OTLET, Paul. Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018. 742 p. Edição digital em PDF. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO_TratadoDeDocumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf.

PORTELA, Luciana Magalhães. *Brasil, terra vermelha: a história da Antropologia e o reencontro com Dina Dreyfus*. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39867>.

PRIMEIRA exposição de folclore carioca. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 1941, p. 146.

RABELLO, Rodrigo. Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. *Brazilian Journal of Information Studies: Researchtrends*, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019.

RAMOS, Arthur. *Estudos de Folk-lore: definição e limites*. Rio de Janeiro: Casa dos Estudantes do Brasil, 1951.

RIBEIRO, Fernanda. Memória, informação e ciência da informação: relações e interdependências. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, George Medleg (org.). *Memória: interfaces no campo da informação*. Brasília: UnB, 2017, p. 111-137.

SILVA, Sabrina Damasceno. *Curadoria em museus de história natural: processos disruptivos na comunicação da informação em exposições museológicas de longa duração*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/786>.

SOCIEDADE Amigos da Cidade. Em organização a Comissão de Pesquisas Populares. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 set. 1940, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/2580?pesq=%22Comissão%20de%20Pesquisas%20Populares%22.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VOISENAT, Claudie. Paul Sébillot e a invenção do folclore materialista. In: *Bérose - Enciclopédia Internacional de Histórias da Antropologia*. Paris, 2010. Disponível em: <https://www.berose.fr/article511.html?lang=fr>.

WINICK, Stephen. He Coined the Word 'Folk-Lore: The "Old Folk-Lorist" William John Thoms. *The Library of Congress*, 2014. Disponível em: <https://blogs.loc.gov/folklife/2014/08/he-coined-the-word-folk-lore/#locshare/share>.

Jean Costa Souza é Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Culturas Populares e Graduado em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Clovis Carvalho Britto é Professor da Universidade de Brasília (UnB) e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA. Professor Colaborador no Departamento de Museologia e Investigador colaborador no Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona (UL), Portugal. Pós-Doutor e Doutor em Museologia pela UL e Pós-Doutor em Estudos Culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Mestre em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa Museologia, Patrimônio e Memória (UnB) e membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (UnB). Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Como citar:

SOUZA, Jean Costa; BRITTO, Clovis Carvalho. Em defesa de uma Ciência do Folclore: informação e patrimônio científico na I Exposição de Folclore no Brasil (1941). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 20, n. 1, jan./jun. 2024. Disponível em: pem.assis.unesp.br.